

PRÁTICAS CULTURAIS E IDENTIDADES

Geni Rosa Duarte¹

Méri Frotscher

Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro

Propor a discussão de manifestações culturais, artísticas e outras formas de expressão pressupõe, em primeiro lugar, delimitar e dimensionar o campo conceitual no qual tal discussão se fará. Torna-se necessário retomar o próprio significado do termo “cultura”, uma vez que, historicamente, esse conceito, foi responsável, no dizer de Williams, até mesmo pelas definições do que seriam “artes” e “humanidades” (WILLIAMS, 1979, p. 23), implicando, muitas vezes, na concepção dos termos acima referenciados como “corpos flutuantes em um englobante que se chamaria história” (CERTEAU, 2000, p.32), remetendo ao estudo dos mesmos no interior de um contexto.

Williams propõe-se a explicitar tal conceito a partir das contraposições entre elementos de uma concepção *idealista* e outra *materialista*, retomados pela sociologia da cultura na segunda metade do século XX. Superando a significação do termo como “civilização”, do que decorre mesmo a percepção da necessidade do uso do termo no plural (*culturas*), Williams considera que o conceito decorre de uma concepção materialista “em sua ênfase numa ordem social global, mas dela difere por sua insistência em que a ‘prática cultural’ e a ‘produção cultural’ (seus termos mais conhecidos) não procedem apenas de uma ordem social diversamente constituída, mas são elementos importantes em sua constituição” (WILLIAMS, 1992, p.12). Dando ênfase ao fato dessas práticas serem *constitutivas*, essa concepção, Williams afasta-se da perspectiva idealista do “espírito formador”, possibilitando encarar a cultura “como o *sistema de significações*, mediante o qual, necessariamente (se bem que entre outros

¹ As autoras são professoras da Graduação e do Programa de Mestrado em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

meios), uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIAMS, 1992, p.13).

Conseqüentemente, as práticas culturais não podem ser estudadas como discursos desligados de sua historicidade. Não se podem entender o que *dizem* independentemente da *prática* de que resultam, no dizer de Certeau, prática que engloba a própria *produção* da linguagem (ou seja, a produção do discurso), permitindo a apreensão da própria relação que ela mantém com o seu *outro*, o real (CERTEAU, 2000, p.33).

Pensando a Linguagem não divorciada da História, mas como constituinte do seu próprio tecido, “elemento da própria experiência social como espaço de luta entre o congelamento do que existe e as possibilidades de devir elaboradas pelos grupos sociais em confronto”, Marcos A. da Silva aponta articulações que ampliam o campo de possibilidades para o historiador, levando à superação das vinculações tradicionais entre “obra”, “autor” e “escola”, e levando-o a pensar as diferentes linguagens artísticas em diferentes dimensões. Assim, completa, “pensar sobre as linguagens dependendo de um mercado, garantindo certas modalidades de relações sociais e colaborando na constituição de certa memória”, torna-se tarefa urgente para o historiador, assim como “pensar a situação das linguagens no espaço social *de onde* eles [historiadores] falam: o estado das linguagens no mundo capitalista (...) e as condições de produção de conhecimento histórico que permitem aquelas articulações” (SILVA, 1986, p.50-51).

Assim, não se pode pensar em vinculações exclusivas no nível das diferentes linguagens, havendo necessidade de pensá-las a partir de sua constituição e do seu papel constituinte do social. Ao estudar especificamente a questão da literatura popular, Bollême afirma que declarar popular uma literatura ou um objeto “é afirmar uma relação e engajar-se num discurso político”, ou seja, situar-se frente a uma relação de poder. A autora considera que a utilização do termo *popular* em substituição à palavra *povo* situa-se dentro dessa relação de poder, e tende a esvaziar o conceito, exatamente pela sua ambigüidade e imprecisão: “o simples fato de dizer a palavra ‘popular’ implica e institui um lugar de enunciação. É uma palavra que abre o discurso, que o funda como poder por uma tomada de palavra. Tomar a palavra desse modo é um ato de autoridade...” (BOLLÊME, 1988, p.43).

Bollème não aceita nem mesmo a identificação da literatura popular com a oralidade. Para ela, a conotação *popular* não é algo dado de antemão, mas algo que se constitui historicamente. Dessa forma, conclui a autora, “qualquer língua pode tornar-se popular quando nela se exprime uma emoção e quando ela requer a urgência de uma inscrição, seja de ato ou de linguagem” (Idem, p.152). Ou seja, no decorrer de uma relação tensa que acontece e se estabelece “entre indivíduos que representam a comunidade num dado momento e que a fazem ‘viver’ pelo vínculo que as liga a ela” (Idem, *ibidem*, p.159).

No entanto, Ginzburg prefere o uso do termo (insatisfatório) *cultura popular* ao termo *mentalidade*, que carregaria uma conotação eminentemente interclassista (GINZBURG, 1989, p.31) – mesmo que, ou principalmente, quando se acrescenta a ele o adjetivo *coletiva*. Preocupado muito mais com a questão da *alteridade* do que com a *diversidade de culturas*, Ginzburg introduz o conceito de *circularidade* tanto para sinalizar a impossibilidade de permanecer no campo neutro do popular e/ou do erudito, quanto de partir para o terreno das totalizações.

Thompson, por outro lado, adverte para o perigo de que o termo “cultura popular” se restrinja a um conjunto de valores e formas simbólicas compartilhados por um grupo, dentro de uma perspectiva consensual, o que afastaria o olhar do investigador exatamente “das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”. Não se pode, então, considerar de forma estanque sistemas culturais na perspectiva de apreender identidades unitárias e exclusivas, uma vez que “uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’” (THOMPSON, 1998, p.17). Disso decorre a necessidade de que tais questões sejam colocadas em contextos históricos específicos, situados a partir das configurações de relações de poder e resistências à exploração, situando-se a cultura popular no lugar material que lhe corresponde (Idem, p.17).

Análises e pesquisas que problematizem a questão da música popular, por exemplo, podem trazer contribuições significativas a esse debate. Embora o estudo das formas musicais e de suas mudanças, por exemplo, possa trazer acrescentar algumas perspectivas, ele não dá conta, isoladamente, da historicidade que essas transformações carregam em seu bojo, referidas às condições sociais e materiais específicas da sua produção. Hobsbawm, ao se dispor ao estudo do *jazz* como um dos fenômenos mais significativos da cultura mundial do século XX, propôs-se a rastrear suas raízes sociais e históricas, analisar sua estrutura econômica, seus músicos e seu público, tentando entender, entre outros pontos, o seu extraordinário apelo e difusão tanto nos Estados Unidos como em outros lugares do mundo. Todavia, mesmo considerando que o *rock and roll*, como música de massa, teve as mesmas origens formais do *jazz*, assinalou que essas duas realidades não podem ser estudadas a partir dos mesmos critérios. Embora possa ter suas origens apontadas a partir dos cantos de trabalho e da música religiosa, torna-se impossível colocar as múltiplas manifestações musicais identificadas no conjunto chamado *jazz* dentro de uma mesma linha evolutiva.

A análise de produções musicais, tanto quanto qualquer outro documento de natureza estética, apresenta desafios para o historiador, que necessita atentar, em primeiro lugar, para a especificidade das fontes quais ele se aproxima. Embora uma composição possa se materializar numa partitura, ela se apresenta para o historiador com uma especificidade provinda do seu emissor, do seu receptor, do meio pelo qual ela se reproduz, das condições a partir das quais ela se deixa ver. Isso exige que o pesquisador, embora não seja um especialista, domine noções, conceitos e vocabulário suficientes para estabelecer diálogos com a especificidade dessas fontes. Nem por isso a análise esgotará as possibilidades desse diálogo, dada a natureza polissêmica e complexa do qualquer documento de natureza estética (NAPOLITANO, 2002). Tanto quanto qualquer outro documento, este articula tradições e temporalidades, atualizando e recompondo passados, mas ao mesmo tempo é constituidora de modos de pensar e viver o presente. O artista, o músico é um sujeito histórico, que vive o seu tempo e nele age. Mas a sua obra adquire significados diversos a partir das formas como ela é produzida, vivenciada, compartilhada, o que nos leva a considerar os diferentes circuitos pelas quais ela se

difunde (inclusive o mercado radiofônico, discográfico, televisivo, cinematográfico, etc).

A Linha Práticas Culturais e Identidades compreende estudos das práticas culturais entendidas como espaços de vivência de relações sociais, de poder e de construção de sentidos, em suas diferentes formas de expressão. Ocupa-se da reflexão acerca de processos coletivos de construção de identidades, além de problematizar questões com base em diferentes formas e interpretações de linguagens. Propõe-se ainda a investigar a constituição de espaços e territórios, a partir das experiências dos sujeitos sociais que definem e redefinem fronteiras e temporalidades.

Parte da produção de seus integrantes dedica-se aos processos pelos quais identidades e alteridades são construídos em meio a relações e jogos de poderes, uma vez que se entende tais processos enquanto importantes componentes da vida social. Tais pesquisas não compreendem as identidades como prontas e acabadas, fixas e naturais, mas como dinâmicas e móveis, exatamente por evidenciá-las enquanto construtos históricos.

As identidades são sustentadas por um conjunto de valores, percepções e cognições pré-existentes. Contudo, as identidades não remetem a uma essência, não são um dado *a priori* manifestado em situações de isolamento, mas representações do eu e do outro, expressas em situações de contato e sujeitas a reconstruções. Neste sentido, Stuart Hall aponta que as identidades devem ser compreendidas como “uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação” (HALL, 1996).

Depreende-se claramente daí a importância da linguagem neste processo, uma vez que “a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências” (FRANCHI, 1998, p. 91). Decorre daí a preocupação em mostrar os sujeitos sociais enquanto parte ativa nestes processos de identificação, de produção de estigmas, de atribuição de significados de si e do(s) outro(s), de construção de fronteiras e de consciência de pertencimento grupal. Isto porque os discursos de identidades são construídos num contexto relacional e dinâmico, em que o “Nós” se constrói em oposição ao “Eles” (POTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.124). A memória, matéria por excelência da história, constantemente tem sido substrato

de afirmações identitárias, uma vez que no ato da rememoração, os sujeitos constroem interpretações sobre o passado individual e coletivo. Estudos sobre o enquadramento da memória e sua relação com a criação de discursos de identidades e alteridades mostram como as identidades, tidas como artefatos culturais, não são imunes, tal como a própria memória e história, dos jogos do poder e das relações de força. Em diversas situações ocorrem disputas identitárias que revelam desejos de se controlar a produção e a circulação de recursos na sociedade (EISENSTADT, 1998). Em razão disto, a relevância de se lidar com a problemática das identidades nos estudos históricos.

Compreende-se ainda que as práticas culturais e os processos de criação de identidades e alteridades não são fenômenos secundários na análise histórica. A perspectiva de trabalhar com práticas culturais e identidades, contudo, não implica na pressuposição de um determinismo cultural e de que os sujeitos ajam historicamente conforme o *skrip* sócio-cultural. Para Roger Chartier, por exemplo, “a cultura não se situa acima e abaixo das relações econômicas e sociais, nem pode ser alinhada com elas” (CHARTIER, 1995, p.25). Através da cultura, entendida enquanto um processo instável e aberto de regateio de significados que se dá num campo conflitivo de relações de poder (WIMMER, 1996)², os sujeitos lêem o mundo e lhe imprimem significados.

As pesquisas desenvolvidas no interior da temática da Linha têm se voltado para a análise da produção, da afirmação, circulação e reelaboração de discursos de identidades. Têm-se atentado para investimentos em discursos identitários como artifício de poder, para as relações entre memória, poder e identidades, para os usos do passado na construção de identidades étnicas e urbanas (FROTSCHER, 1998a; FROTSCHER, 1998b). Tem-se dedicado também à análise de discursos afirmativos de fronteiras e identidades étnicas enquanto instrumento político, à formação da auto-identificação de grupos indígenas (RIBEIRO, 2002; RIBEIRO, 2003/2004), à difusão de representações simbólicas na construção de identidades regionais, aos

² Neste artigo, o autor constata o renascimento dos estudos culturais e as objeções em relação a uma concepção clássica, fechada de cultura e desenvolve, com base na análise crítica da obra de diversos autores das Ciências Humanas, uma proposta de reformulação do conceito, com o intuito de afastar algumas dificuldades que o conceito clássico de cultura trazia consigo.

investimentos de projetos nacionalistas na diluição de fronteiras regionais e étnicas e suas reações na reinvenção de identidades locais como estratégia política (FROTSCHER, 2003a). Articulando cultura e política, jogos de saber e poder, dedica-se atenção ainda às ressignificações de identidades na historiografia (RIBEIRO, 2002). Outras pesquisas se dedicam às relações entre identidades e criação/ressignificação de “lugares de memória” nos espaços da cidade (FROTSCHER, 2003b).

Investigações sobre cultura e cidades também fazem parte da experiência acadêmica e dos interesses de pesquisa da Linha. São foco das atenções as práticas de moradia e usos do espaço urbano, as percepções do urbano, a criação de marcos da memória na cidade, a formação de territorialidades através de práticas sociais e de representações simbólicas (DUARTE, 2000; DUARTE, 2003), os imaginários urbanos e seu potencial mobilizador de práticas e intervenções, projetos de intervenção dos espaços da cidade e seus significados, como implementação de serviços públicos e reformas urbanas e sanitárias (FROTSCHER, 2000; FROTSCHER e VEDANA, 1999).

A observação das práticas pelas quais sujeitos constroem formas de resistência (DUARTE, 1999) ou imprimem significados a bens culturais inseridos no espaço urbano também tem revelado possibilidades de pesquisa e de reflexão instigantes. Além disso, abre-se campo para refletir sobre relações entre cidade e patrimônio cultural, este entendido enquanto “uma construção que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos” (CHAGAS, 2002, p.138). Os maciços investimentos contemporâneos em projetos e práticas preservacionistas, muitos deles pautados num paradigma conservador e/ou político-cultural mercantilista, demandam reflexões sobre as relações entre memória, poder e patrimônio num contexto de mundialização da cultura.

Outras possibilidades de trabalho dentro da linha se estabelecem na articulação de questões dentro do campo da chamada História Cultural.³ Nessa perspectiva, pode-se apontar que a História

³ As considerações a seguir estão pautadas na comunicação apresentada pela Profa. Dra. Sarah I. Gomes Tibes Ribeiro no I Simpósio Nacional de Ciências Humanas, realizado em 2006 na UNIOESTE.

Cultural necessariamente não se constitui em uma dentre outras tantas disciplinas históricas especializadas e definidas de acordo com temáticas específicas; além disto, não consiste numa tipologia particular de referencial teórico-metodológico, e podendo sê-lo, contudo, não seria apenas isto. Por fim, sua relação com o *real* é deveras complexa, uma vez que não se situa somente como uma parte ou dimensão deste, tal qual fosse um setor distinto, separado, passível de hierarquizar ou de ser caracterizado ao se tomar como pressuposto as demais esferas desse mesmo *real*.

Nessa perspectiva, torna-se importante enfatizar que na alçada da História Cultural foram recuperados temas como amor, medo, morte, corpo, partes específicas do corpo, sexualidade, leitura, sonhos, roupas; objetos prosaicos como cadeiras, garfos, facas, utensílios de trabalho, para além da sua utilidade como “instrumentos de produção”; manifestações artísticas vislumbradas como manifestações estéticas ou expressões de uma realidade sócio-econômica determinada, além da imbricação de ambos os aspectos; minorias sociais nas suas especificidades, não apenas como personagens sem face de uma “classe trabalhadora” de caráter generalizante, grupos étnicos, dentre outras tantas questões a abordar. Enfatize-se que se menciona uma “recuperação” dos aspectos citados no intuito de esclarecer que são fatores já trabalhados ao longo da história da história. Por conseguinte, a História Cultural, para viabilizar análises pertinentes, deve focar suas atenções nas práticas e representações sociais, levando em consideração, necessariamente, a imbricação/relação do cultural com um social específico e, de ambas as dimensões, a cultural e a social, com a linguagem, enfatizando a contribuição de Roger Chartier. Em essência, segundo a perspectiva do teórico/historiador a História Cultural tem como principal objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, tarefa que remete às “classificações, divisões e delimitações” com base nas quais os indivíduos organizam sua compreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Como enfatiza esse autor: “Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o

outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17).

Evidencia-se, desta forma, que as representações do mundo assim constituídas, muito embora postulem um caráter de universalidade pautado numa razão intangível, são, isto sim, sempre construídas e reificadas de acordo com os objetivos do grupo pelo qual foram criadas. Os discursos são formulados e proferidos de acordo com a posição de quem fará uso dele em concomitância com os setores da sociedade que se queira submeter; em outros termos, as lutas de representações são dotadas de tanta relevância quanto os conflitos econômicos para se apreender os artifícios utilizados por um grupo específico para impor, ou tentar impor, a sua “visão de mundo”, os seus valores e o seu domínio.

Como complemento, tem-se a noção de apropriação (Idem, p.26) pautada numa história social das interpretações, vinculadas aos seus elementos fundantes, quer sejam, sociais, institucionais e culturais e relacionadas com as práticas específicas que lhe dão suporte. Da mesma forma que práticas e discursos são forjados no intuito de submeter grupos determinados, estes grupos são dotados de táticas peculiares de resistência às tentativas de dominação.

A ênfase, conseqüentemente, está centrada nos processos de internalização e elaboração por parte de sociedades específicas das contingências com as quais se deparam ao longo do seu devir e o processo de interpretação realizado pelo sujeito-historiador. Desfaz-se, então, a ilusão do conhecimento pleno. Neste sentido, apoiar a organização de um discurso em qualquer espécie de documento ou mesmo na observação direta do vivido, garante, no máximo, a apreensão de uma representação do real. A conformação de uma imagem determinada desse real encontra substância na inserção concreta de quem realiza a pesquisa na sua própria historicidade. A narrativa elaborada não será jamais uma *história verdadeira a respeito de um real fenomenal*, mas uma interpretação sobre o devir de um grupo social/ cultural, expresso, na maior parte das vezes, na forma de uma história linear, aos moldes ocidentais. Os fatos sociais e históricos são interpretados das mais variadas maneiras, tendo como premissas o tempo, o lugar, a classe e a ideologia de quem os examina. Nesta perspectiva, é infactível para qualquer discurso historiográfico a pretensão de reconstituir a realidade, havendo que se satisfazer com

aproximações sucessivas, nunca definitivas, jamais completas (CHESNEAUX, 1995, p.67).

Por outro lado, se não se atribui às falas, documentos, ou à historiografia um sentido inerente, incondicional e singular, considera-se que a história consiste no estudo dos processos por meio dos quais os significados são construídos. Entende-se, portanto, que produzir uma representação respectiva ao devir recente de uma faceta de algo que *realmente ocorreu* implica em “ classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo e de um espaço. As “estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras” (CHARTIER, 1990, p.27).

Consideramos que o historiador, no exercer do seu labor, constrói através dos discursos um processo de significação que intenta conferir uma ordem à história. Por fundamentar o que escreve em documentos, quaisquer que sejam as tipologias, e em suportes teóricos que julga consistentes, muitas vezes se deixa levar pela ilusão de que está organizando fatos num todo coerente e instituindo uma *história real*, quando simplesmente é capaz de reunir significantes. Pretensamente narrando fatos, em verdade, ele enuncia sentidos. O elemento a atribuir sentido às construções discursivas são estruturas ideológicas ou imaginárias, forjadas com base no vivido, entendido como um referente exterior e inacessível ao discurso. Evidencia-se, então, que as representações ou o imaginário não podem ter sua análise aludida à realidade, serem conduzidos sob o ponto de vista do verdadeiro ou do falso, ou concebidos como meios de acesso ao ente real, o que por si só é divisado como uma impossibilidade.

A historiografia, nesse caso, é entendida como resultado de um processo de estruturação intertextual ou lingüística e o conhecimento sobre o passado chega até o presente em forma de narrativas que acabam por se constituir na *realidade*, conquanto os historiadores enfatizem que há de se discernir entre o discurso histórico, que é tão somente uma maneira de conhecimento acerca do passado, e este propriamente dito. Por vezes, a multiplicidade de interpretações possíveis sobre o passado é capaz de fazer com que o *real fenomenal* se perca e aconteça uma espécie de transposição da realidade histórica

para o texto impresso, acatando-os como se equivalassem a um mesmo produto. Nos termos propostos por Michel de Certeau, todavia, podemos afirmar que há um discurso sobre a história, e que tudo deve passar necessariamente por este discurso, mas que existe, no entanto, antes disto, algo irreduzível, que, por bem ou por mal, chama-se realidade. Nos termos enunciados por Falcon: “Sem esta realidade, como se poderia estabelecer a diferença entre ficção e história?” (FALCON, p.29).

Compor um discurso historiográfico, mesmo que fundado em ampla e criteriosa pesquisa documental, não permite esquecer que a historiografia é dotada de um artifício muito peculiar, ou seja, a habilidade de criar o *efeito do real*, justamente por se organizar com base no que se convencionou designar como fontes históricas. Essa propensão é entendida como a arte de ocultar, sob a ficção do *realismo*, uma maneira, interna e inerente à linguagem, de gerar significados, presumindo que, ao repetir sem cessar *aconteceu*, está a se atribuir aos fatos narrados, sentido e estatuto de *verdade*, muito embora, efetivamente, sejam articulados a partir de um real perdido (BARTHES, 1967).

Desta forma, as afirmações e reflexões engendradas a respeito do devir histórico tão somente significam um *real*, representação de práticas que assume uma especificidade determinada em efeito da disponibilidade de documentos, dos aportes teóricos utilizados e dos sentidos conferidos por quem realiza a pesquisa à realidade observada, resultantes de sua inserção na própria historicidade.

Em síntese, nem todo o arcabouço teórico a respaldar o historiador ou os incontáveis documentos que consulte são capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde escreve e do domínio em que realiza uma pesquisa histórica. “A ciência deixou de ser o fruto de um feliz encontro entre o ‘real’ e o seu reflexo ou ‘representação’, e passou a ser uma construção do sujeito-pesquisador” (FALCON, p.7).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. Le discours de l'histoire. In: *Social Science Information*. v. 6, n. 4, 1967. pp. 65-75.

BOLLÉME, G. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. *Integrar: Primeiro Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus: textos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

DUARTE, G. R. *Múltiplas vozes no ar: o rádio em São Paulo nos anos 30 e 40*. São Paulo, 2000. Tese de Doutorado (História) – PUC-SP; DUARTE, G.R. Sons de São Paulo: a atividade radiofônica nos anos 1930/40. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 2, nº 2, 2003 (2005).

_____. A arte da (na) periferia: sobre... vivências, in ANDRADE, E. N.(org.) *Rap e Educação, Rap é Educação*. São Paulo: Summus/Selo Negro, 1999.

EISENSTADT, S. N. The construction of collective identities. Some analytical and comparative indications. *European Journal of Social Theory*, 1: 229-254, nov 1998.

FALCON, Francisco Calazans. História e representação. Texto original, Rio de Janeiro: PUCRJ, s/d. Cópia reprográfada.

FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: FROTSCHER, M.; FERREIRA, C. *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 1998, p. 185-205.

_____. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. Florianópolis, 2003a. Tese (Doutorado em História) – UFSC.

_____. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX. In RAMPINELLI, W. J. (Org.). *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003b, p.105-130.

_____. *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. Florianópolis, 1998a. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC.

_____. *Olhares sobre o saneamento em Blumenau*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FROTSCHER, M.; VEDANA, L. M. *Viagens pela cidade*. Florianópolis: Insular, 1999.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 68-75, 1996.

CHARTIER apud HUNT, Lynn. Apresentação. In: *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

POUTIGNAT; Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1998.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS.

_____. Etnicidade e política indigenista: breve ensaio sobre suas manifestações no Oeste do Paraná. *Diálogos*, Maringá, v. 6, p. 123-136, 2002.

_____. A construção de um discurso historiográfico relativo aos Guarani: ensaio de teoria e metodologia. *Tempos Históricos*, Cascavel, v. 05/06, p. 161-183, 2003/2004.

FRANCHI apud PENNA. In: SIGNORINI, Inês (Org.) *Língua(gem) e identidade*. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.

SILVA, M. A. da. O trabalho da linguagem, in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6 n° 11, set.1985/fev.1986.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WIMMER, Andréas. Kultur. Zur Reformulierung eines sozialanthropologischen Grundbegriffs. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Köln, 48 (3), p. 401-425, 1996.